

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	18
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	22
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	23
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	24
Demonstração do Valor Adicionado	25

Relatório da Administração	27
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	102
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	105
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	696.715
Preferenciais	0
Total	696.715
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/01/2018	Dividendo	23/01/2018	Ordinária		0,17732
Reunião do Conselho de Administração	23/01/2018	Juros sobre Capital Próprio	23/01/2018	Ordinária		0,01455
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2018	Dividendo	23/02/2018	Ordinária		0,06462
Reunião do Conselho de Administração	23/02/2018	Dividendo	23/02/2018	Ordinária		0,09191
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2018	Dividendo	26/04/2018	Ordinária		0,01178
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2018	Dividendo	26/04/2018	Ordinária		0,15897
Reunião do Conselho de Administração	14/06/2018	Dividendo	14/06/2018	Ordinária		0,11736
Reunião do Conselho de Administração	14/06/2018	Juros sobre Capital Próprio	14/06/2018	Ordinária		0,00688
Reunião do Conselho de Administração	13/11/2018	Dividendo	14/11/2018	Ordinária		0,22534

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	4.353.138	4.282.305	2.708.714
1.01	Ativo Circulante	1.201.587	1.619.668	227.773
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	913.958	1.127.850	45.969
1.01.03	Contas a Receber	522	812	762
1.01.03.01	Clientes	522	812	762
1.01.06	Tributos a Recuperar	60.917	25.337	24.580
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	60.917	25.337	24.580
1.01.07	Despesas Antecipadas	112	26	29
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	226.078	465.643	156.433
1.01.08.03	Outros	226.078	465.643	156.433
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	32.406	23.303	10.325
1.01.08.03.02	Partes relacionadas - clientes	189.363	436.423	145.515
1.01.08.03.03	Outros créditos	4.309	5.917	593
1.02	Ativo Não Circulante	3.151.551	2.662.637	2.480.941
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.323.204	1.120.581	1.019.242
1.02.01.07	Tributos Diferidos	10.997	7.940	5.565
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.997	7.940	5.565
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.311.744	1.112.321	1.013.392
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	1.311.744	1.112.321	1.013.392
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	463	320	285
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	463	320	285
1.02.02	Investimentos	1.787.897	1.498.418	1.413.677
1.02.02.01	Participações Societárias	1.787.897	1.498.418	1.413.677
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.787.897	1.498.418	1.413.677
1.02.03	Imobilizado	20.882	24.073	26.200
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.882	24.073	26.200
1.02.04	Intangível	19.568	19.565	21.822
1.02.04.01	Intangíveis	19.568	19.565	21.822

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	4.353.138	4.282.305	2.708.714
2.01	Passivo Circulante	732.820	808.371	180.342
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.850	26.753	19.132
2.01.01.01	Obrigações Sociais	23.850	26.753	19.132
2.01.02	Fornecedores	7.824	6.239	11.212
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.824	6.239	11.212
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.245	535	1.983
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.245	535	1.983
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	4.245	535	1.983
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	650.996	763.320	110.102
2.01.04.02	Debêntures	650.996	763.320	110.102
2.01.05	Outras Obrigações	45.905	11.524	37.913
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	44.626	1.536	2.384
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	18.204	261	0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	26.422	1.272	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	3	2.384
2.01.05.02	Outros	1.279	9.988	35.529
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.641	34.238
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.279	1.347	1.291
2.02	Passivo Não Circulante	2.598.063	2.455.629	1.649.586
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.552.161	2.447.205	1.642.472
2.02.01.02	Debêntures	2.552.161	2.447.205	1.642.472
2.02.02	Outras Obrigações	45.270	7.353	6.469
2.02.02.02	Outros	45.270	7.353	6.469
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	45.270	7.353	6.469
2.02.04	Provisões	632	1.071	645
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	632	1.071	645
2.03	Patrimônio Líquido	1.022.255	1.018.305	878.786
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	5.475	5.085
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.475	5.085
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	8.777	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	311.207	316.115	176.986
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343	139.343
2.03.04.10	Reservas de dividendos	171.864	176.772	37.643

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	164.517	172.465	163.820
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-101.571	-87.759	-91.764
3.03	Resultado Bruto	62.946	84.706	72.056
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	602.732	602.704	514.025
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-59.033	-75.512	-43.842
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.610	-4.494	-4.519
3.04.05.01	Outras Receitas/Despesas Líquidas	-17	-5	-30
3.04.05.02	Amortização de Ágio de Investimento	-5.593	-4.489	-4.489
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	667.375	682.710	562.386
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	607.308	625.965	508.362
3.04.06.02	Juros sobre o capital próprio recebidos	60.067	56.745	54.024
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	665.678	687.410	586.081
3.06	Resultado Financeiro	-78.517	-66.223	-82.014
3.06.01	Receitas Financeiras	201.328	150.652	107.091
3.06.02	Despesas Financeiras	-279.845	-216.875	-189.105
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	587.161	621.187	504.067
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.056	1.487	4.118
3.08.01	Corrente	0	-889	0
3.08.02	Diferido	3.056	2.376	4.118
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	590.217	622.674	508.185
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	590.217	622.674	508.185
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,84714	0,89373	0,72940

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	590.217	622.674	508.185
4.03	Resultado Abrangente do Período	590.217	622.674	508.185

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	285.259	69.321	37.024
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	54.982	85.213	81.650
6.01.01.01	Lucro Líquido	590.217	622.674	508.185
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	11.710	11.696	11.988
6.01.01.03	Amortização de ágio em investimentos	5.593	4.489	4.489
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	251.518	192.087	178.835
6.01.01.05	Resultado de equivalência patrimonial	-667.375	-682.710	-562.386
6.01.01.06	Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	20	3	66
6.01.01.07	Tributos diferidos	-3.057	-2.375	-4.118
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuos/debêntures privadas/cessão e assunção de dívidas - ativos	-134.372	-62.872	-52.194
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	38	191	400
6.01.01.10	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	544	926	434
6.01.01.11	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	136	196	99
6.01.01.12	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-8	-15	-30
6.01.01.14	Provisão para imposto de renda e contribuição social	0	889	-4.118
6.01.01.15	Levantamento dos depósitos judiciais	18	34	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	230.277	-15.892	-44.626
6.01.02.01	Tributos a recuperar	-35.580	-757	-2.659
6.01.02.02	Outros créditos e outras contas a receber	1.608	-5.324	2.228
6.01.02.03	Fornecedores	1.585	-4.973	6.210
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-86	3	59
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.903	7.621	-882
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.710	-1.448	-298
6.01.02.07	Outras contas a pagar	37.826	940	257
6.01.02.08	Partes relacionadas	225.099	-10.265	-52.781
6.01.02.09	Pagamento de depósitos judiciais	-153	-54	-116
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	0	-889	4.118
6.01.02.11	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-1.119	-696	0
6.01.02.12	Clientes	290	-50	-762

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	363.475	323.386	386.596
6.02.01	Dividendos recebidos	588.505	621.682	479.977
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-8.542	-7.315	-9.454
6.02.04	Aumento na participação dos minoritários	-103.420	0	0
6.02.05	Aumento de Capital - Controladas	-121.843	-40.981	-83.927
6.02.06	Acionistas não controladores	8.775	0	0
6.02.08	Partes relacionadas - Debenture privada	0	-250.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-862.626	689.174	-561.032
6.03.01	Juros pagos	-179.732	-151.013	-139.803
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	347.941	1.496.869	214.752
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-427.095	-79.992	-199.991
6.03.04	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-603.740	-509.142	-435.990
6.03.06	Partes relacionadas - dívida	0	-67.548	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-213.892	1.081.881	-137.412
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.127.850	45.969	183.381
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	913.958	1.127.850	45.969

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	8.858	-176.772	-418.353	0	-586.267
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81	0	0	0	81
5.04.06	Dividendos	0	0	-176.772	-413.560	0	-590.332
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.793	0	-4.793
5.04.08	Alienação da participação acion. não controladores	0	8.777	0	0	0	8.777
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	590.217	0	590.217
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	590.217	0	590.217
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	171.864	-171.864	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	171.864	-171.864	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	390	-37.643	-445.902	0	-483.155
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	390	0	0	0	390
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.643	-435.765	0	-473.408
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.137	0	-10.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	622.674	0	622.674
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	622.674	0	622.674
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	176.772	-176.772	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	176.772	-176.772	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	768	-21.280	-448.922	0	-469.434
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	768	0	0	0	768
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.280	-428.672	0	-449.952
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.250	0	-20.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	508.185	0	508.185
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	508.185	0	508.185
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.263	-59.263	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.620	-21.620	0	0
5.06.04	Constituição de reserva para dividendos	0	0	37.643	-37.643	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	187.102	194.120	184.463
7.01.02	Outras Receitas	187.102	194.120	184.463
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-43.432	-39.064	-28.528
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-25.353	-8.186	-16.568
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.079	-30.878	-11.960
7.03	Valor Adicionado Bruto	143.670	155.056	155.935
7.04	Retenções	-18.998	-16.185	-11.988
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.710	-11.696	-11.988
7.04.02	Outras	-7.288	-4.489	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	124.672	138.871	143.947
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	868.703	833.357	670.276
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	667.375	682.710	562.387
7.06.02	Receitas Financeiras	201.328	150.652	107.919
7.06.03	Outros	0	-5	-30
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	993.375	972.228	814.223
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	993.375	972.228	814.223
7.08.01	Pessoal	94.204	99.814	92.352
7.08.01.01	Remuneração Direta	78.251	83.446	78.160
7.08.01.02	Benefícios	11.025	10.779	8.344
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.928	5.589	5.848
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.851	20.168	16.525
7.08.02.01	Federais	14.301	16.469	12.909
7.08.02.03	Municipais	3.550	3.699	3.616
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	291.103	229.572	197.161
7.08.03.01	Juros	211.989	174.566	129.118
7.08.03.02	Aluguéis	11.259	12.697	8.056
7.08.03.03	Outras	67.855	42.309	59.987
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	590.217	622.674	508.185
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.793	10.137	20.250

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.04.02	Dividendos	413.560	435.765	428.672
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.864	176.772	59.263

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	8.628.636	7.480.594	6.104.720
1.01	Ativo Circulante	2.049.249	2.236.644	917.610
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.605.561	1.582.156	583.088
1.01.03	Contas a Receber	117.611	132.857	134.488
1.01.03.01	Clientes	117.611	132.857	134.488
1.01.06	Tributos a Recuperar	61.806	26.234	25.676
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	61.806	26.234	25.676
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.310	3.924	4.277
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	259.961	491.473	170.081
1.01.08.03	Outros	259.961	491.473	170.081
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários - vinculados	61.521	60.234	61.748
1.01.08.03.02	Outros créditos	24.229	15.964	6.823
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	174.211	415.275	101.510
1.02	Ativo Não Circulante	6.579.387	5.243.950	5.187.110
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.136.633	951.720	1.124.767
1.02.01.04	Contas a Receber	0	82	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	82	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	126.930	120.533	137.599
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	126.930	120.533	137.599
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	553	682	140
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	897.930	724.423	891.354
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	897.930	724.423	891.354
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	111.220	106.000	95.674
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	96.216	97.166	89.031
1.02.01.10.04	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	15.004	8.834	6.643
1.02.03	Imobilizado	98.137	100.964	138.955
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	98.137	100.964	138.955
1.02.04	Intangível	5.344.617	4.191.266	3.923.388
1.02.04.01	Intangíveis	5.344.617	4.191.266	3.923.388

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	8.628.636	7.480.594	6.104.720
2.01	Passivo Circulante	1.771.322	1.381.141	1.219.511
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	49.327	52.462	43.254
2.01.01.01	Obrigações Sociais	49.327	52.462	43.254
2.01.02	Fornecedores	80.620	75.663	58.589
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	80.620	75.663	58.589
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.707	31.880	27.963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.707	31.880	27.963
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	33.707	31.880	27.963
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.346.779	998.398	850.917
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.328	56.261	320.431
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.328	56.261	320.431
2.01.04.02	Debêntures	1.287.451	942.137	530.486
2.01.05	Outras Obrigações	64.884	50.117	80.617
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.510	16.918	13.144
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	29.628	1.323	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19.882	15.595	13.144
2.01.05.02	Outros	15.374	33.199	67.473
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	8.641	34.238
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	9.518	13.062	24.019
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.856	11.496	9.216
2.01.06	Provisões	196.005	172.621	158.171
2.01.06.02	Outras Provisões	196.005	172.621	158.171
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	79.074	90.503	87.531
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	71.841	57.568	38.124
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	45.090	24.550	32.516
2.02	Passivo Não Circulante	5.835.059	4.983.200	3.933.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.619.679	4.655.300	3.581.224
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	498.321	434.748	394.505

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	498.321	434.748	394.505
2.02.01.02	Debêntures	4.121.358	4.220.552	3.186.719
2.02.02	Outras Obrigações	847.496	38.302	38.507
2.02.02.02	Outros	847.496	38.302	38.507
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	82.666	38.302	31.080
2.02.02.02.05	Obrigações com poder concedente	764.830	0	7.427
2.02.03	Tributos Diferidos	22.666	16.767	20.136
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.666	16.767	20.136
2.02.04	Provisões	345.218	272.831	293.973
2.02.04.02	Outras Provisões	345.218	272.831	293.973
2.02.04.02.05	Provisões para perda cíveis, trabalhistas e tributárias	78.791	86.012	79.664
2.02.04.02.06	Provisões para manutenção	241.401	179.121	180.541
2.02.04.02.07	Provisões para construção de obras futuras	25.026	7.698	33.768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.022.255	1.116.253	951.369
2.03.01	Capital Social Realizado	696.715	696.715	696.715
2.03.02	Reservas de Capital	14.333	5.475	5.085
2.03.02.04	Opções Outorgadas	5.556	5.475	5.085
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	8.777	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	311.207	316.115	176.986
2.03.04.01	Reserva Legal	139.343	139.343	139.343
2.03.04.10	Reserva de dividendos	171.864	176.772	37.643
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	0	97.948	72.583

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.037.756	2.961.523	2.579.537
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.654.993	-1.521.804	-1.279.603
3.03	Resultado Bruto	1.382.763	1.439.719	1.299.934
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-139.080	-153.138	-122.402
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-139.080	-153.138	-122.402
3.04.02.01	Outras Despesas/Receitas Líquidas	2.915	208	26
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-141.995	-153.346	-122.428
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.243.683	1.286.581	1.177.532
3.06	Resultado Financeiro	-318.575	-299.735	-380.194
3.06.01	Receitas Financeiras	258.173	209.142	181.446
3.06.02	Despesas Financeiras	-576.748	-508.877	-561.640
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	925.108	986.846	797.338
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-327.266	-344.327	-273.665
3.08.01	Corrente	-327.764	-330.630	-276.219
3.08.02	Diferido	498	-13.697	2.554
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	597.842	642.519	523.673
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	597.842	642.519	523.673
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	590.217	622.674	508.185
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	7.625	19.845	15.488
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,84714	0,89373	0,72940
3.99.01.01	ON			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	597.842	642.519	523.673
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	597.842	642.519	523.673
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	590.217	622.674	508.185
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	7.625	19.845	15.488

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.744.284	1.422.199	1.299.362
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.912.972	1.977.709	1.723.549
6.01.01.01	Lucro Líquido	597.842	642.519	523.673
6.01.01.02	Depreciação e amortização	401.347	379.808	294.693
6.01.01.04	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	483.656	426.823	496.838
6.01.01.05	Variação monetária sobre credor pela concessão	-50	-1.220	4.497
6.01.01.06	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-4.621	-6.723	-7.290
6.01.01.07	Perda / baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	8.309	1.943	2.253
6.01.01.08	Juros sobre contratos de mútuo/debêntures privadas/cessão e assunção de dívidas - ativos	-106.923	0	-35.756
6.01.01.09	Tributos diferidos	-498	13.697	-2.554
6.01.01.10	Provisão para manutenção e provisão para obras futuras	143.014	118.627	104.729
6.01.01.11	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e obras futuras	31.329	34.770	30.136
6.01.01.12	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.213	5.418	1.579
6.01.01.13	Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	4.414	8.769	2.018
6.01.01.14	Capitalização de juros	-27.680	-18.472	-6.628
6.01.01.15	Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.652	760	120
6.01.01.16	Plano de opção com base em ações	81	390	769
6.01.01.17	Levantamento dos depósitos judiciais	8.248	3.322	2.941
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-815	-5.188	-3.004
6.01.01.19	Obrigações com Poder Concedente	43.690	41.836	38.316
6.01.01.20	Provisão para imposto de renda e contribuição social	327.764	330.630	276.219
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-168.688	-555.510	-424.187
6.01.02.01	Clientes	13.594	871	4.072
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-35.572	-558	10
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-257	-189	1.765
6.01.02.04	Outros créditos e outras contas a receber	-8.182	-9.223	5.797
6.01.02.05	Fornecedores	4.957	17.074	4.365
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	-3.135	9.208	1.128
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.827	3.917	2.063

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.08	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-13.848	-7.839	-5.113
6.01.02.09	Outras contas a pagar	38.698	9.502	3.699
6.01.02.10	Partes relacionadas	207.072	-34.635	-33.611
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-307.224	-338.596	-259.025
6.01.02.12	Pagamento de manutenção e construção de obras	-120.858	-158.471	-125.212
6.01.02.13	Pagamento de depósitos judiciais	-6.483	-6.269	-7.925
6.01.02.14	Obrigações com o poder concedente	60.723	-40.302	-16.200
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-893.524	-628.523	-470.034
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-796.728	-593.166	-486.638
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	0	-40.877	0
6.02.04	Acionistas não controladores	8.777	22	16.604
6.02.06	Aumento na participação dos minoritários	-103.420	0	0
6.02.07	Dividendos Minoritários	-2.153	-12.562	0
6.02.08	Aumento de capital	0	18.060	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-827.355	205.392	-910.535
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-2.836	6.046	-18.725
6.03.02	Obrigações com o poder concedente	-49.882	-18.698	-38.274
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	115.926	91.301	466.988
6.03.05	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-529.877	-398.220	-517.894
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-603.740	-509.142	-451.479
6.03.09	Juros pagos	-328.934	-401.688	-351.151
6.03.10	Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	571.988	1.503.341	0
6.03.11	Partes relacionadas - dívida	0	-67.548	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	23.405	999.068	-81.207
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.582.156	583.088	664.295
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.605.561	1.582.156	583.088

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	8.858	-176.772	-418.353	0	-586.267	-105.573	-691.840
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	-103.420	-103.420
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	81	0	0	0	81	2	83
5.04.06	Dividendos	0	0	-176.772	-413.560	0	-590.332	-2.155	-592.487
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-4.793	0	-4.793	0	-4.793
5.04.08	Alienação da participação acion. não controladores	0	8.777	0	0	0	8.777	0	8.777
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	590.217	0	590.217	7.625	597.842
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	590.217	0	590.217	7.625	597.842
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	171.864	-171.864	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	171.864	-171.864	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	14.333	311.207	0	0	1.022.255	0	1.022.255

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	390	-37.643	-445.902	0	-483.155	5.520	-477.635
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	18.060	18.060
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	390	0	0	0	390	22	412
5.04.06	Dividendos	0	0	-37.643	-435.765	0	-473.408	-12.562	-485.970
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.137	0	-10.137	0	-10.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	622.674	0	622.674	19.845	642.519
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	622.674	0	622.674	19.845	642.519
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	176.772	-176.772	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva de dividendos	0	0	176.772	-176.772	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.475	316.115	0	0	1.018.305	97.948	1.116.253

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	696.715	4.317	139.003	0	0	840.035	55.979	896.014
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	768	-21.280	-448.922	0	-469.434	1.116	-468.318
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	4.200	4.200
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	768	0	0	0	768	42	810
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.280	-428.672	0	-449.952	-3.126	-453.078
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-20.250	0	-20.250	0	-20.250
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	508.185	0	508.185	15.488	523.673
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	508.185	0	508.185	15.488	523.673
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.263	-59.263	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	21.620	-21.620	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva para dividendos	0	0	37.643	-37.643	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	696.715	5.085	176.986	0	0	878.786	72.583	951.369

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	3.280.702	3.219.941	2.801.313
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.528.660	2.533.994	2.261.451
7.01.02	Outras Receitas	98.976	99.411	88.454
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	653.066	586.536	451.408
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.122.626	-1.018.828	-843.783
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.068.768	-955.190	-799.639
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-53.858	-63.638	-44.144
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.158.076	2.201.113	1.957.530
7.04	Retenções	-398.604	-379.808	-294.693
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-401.347	-379.808	-294.693
7.04.02	Outras	2.743	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.759.472	1.821.305	1.662.837
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	258.173	198.019	174.844
7.06.02	Receitas Financeiras	258.173	209.142	174.818
7.06.03	Outros	0	-11.123	26
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.017.645	2.019.324	1.837.681
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.017.645	2.019.324	1.837.681
7.08.01	Pessoal	249.553	252.669	243.745
7.08.01.01	Remuneração Direta	192.604	197.535	192.484
7.08.01.02	Benefícios	44.535	42.200	38.940
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.414	12.934	12.321
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	570.040	591.412	495.435
7.08.02.01	Federais	440.150	457.874	375.891
7.08.02.03	Municipais	129.890	133.538	119.544
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	600.210	532.724	574.828
7.08.03.01	Juros	372.867	346.081	341.853
7.08.03.02	Aluguéis	23.461	23.847	19.816
7.08.03.03	Outras	203.882	162.796	213.159
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	597.842	642.519	523.673

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	4.793	10.137	20.250
7.08.04.02	Dividendos	413.560	435.765	428.672
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	171.864	176.772	59.263
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	7.625	19.845	15.488

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas

A Administração da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecorodovias Concessões é a empresa do Grupo EcoRodovias que, além de prestar serviços administrativos, financeiros, recursos humanos, tecnologia da informação, suprimentos e engenharia às empresas do Grupo, é a acionista direta das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul, ECO101, Ecoponte e ECO135. Em 2018, registramos a passagem de 291,6 milhões de veículos equivalentes pagantes nas 7 concessionárias. Nossas rodovias possuem o diferencial de estarem estrategicamente posicionadas nos principais corredores de exportação/importação e de circulação de bens para o mercado interno, de produção, de consumo e de turismo do País.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecorodovias Concessões agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou redução de 1,4% em 2018 quando comparado à 2017. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos e os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros, o tráfego consolidado apresentou crescimento de 1,7% em 2018. Os principais motivos para essa variação estão apresentados abaixo:

Veículos Pesados – redução de 3,1% em 2018. Desconsiderando a cobrança de pedágio para eixos suspensos e os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros, o tráfego apresentou crescimento de 2,8% em 2018. Excluindo os efeitos anteriormente mencionados, as concessionárias Ecopistas e ECO101 apresentaram aumento de tráfego devido à retomada da produção industrial nas regiões e a Ecocataratas e a Ecosul em função do crescimento do fluxo de exportação de grãos das regiões. A Ecovias dos Imigrantes e Ecovia Caminho do Mar tiveram o tráfego negativamente impactado pela redução das exportações de *commodities* agrícolas nos portos de Santos e Paranaguá pelo modal rodoviário e a Ecoponte influenciado pela situação econômica do Estado do Rio de Janeiro.

Relatório da Administração

Veículos Leves – estável em 2018 quando comparado com 2017. Desconsiderando os períodos de 21 de maio a 03 de junho, cujo tráfego foi impactado pela greve dos caminhoneiros, o tráfego apresentou crescimento de 0,9% em 2018. Excluindo o efeito anteriormente mencionado, a Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas tiveram o tráfego influenciado pelo aumento no fluxo de turistas e clima favorável. A Ecovia Caminho do Mar, a Ecosul e a ECO101 apresentaram redução no tráfego devido ao menor fluxo de turistas influenciado pelas condições climáticas desfavoráveis no primeiro semestre de 2018. A Ecoponte apresentou redução no tráfego em função situação econômica do Estado do Rio de Janeiro. A Ecocataratas apresentou redução de tráfego devido à volatilidade do Dólar frente ao Real que impactou o fluxo de turismo de compras no Paraguai.

A tarifa média consolidada por veículo equivalente pagante apresentou aumento de 1,3% em 2018, abaixo da inflação do período devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifários nas concessões rodoviárias, aplicação do reajuste tarifário da ECO101 que foi negativo em 4,2% em junho de 2018 e maior representatividade do fluxo de veículos nas praças de pedágio com tarifas menores.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada totalizou R\$3.280,7 milhões em 2018, crescimento de 1,9%. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$242,9 milhões, 6,0% inferior em comparação ao exercício anterior.

Receita de Pedágio – redução de 0,2%, influenciado, principalmente, pelo início da isenção da cobrança de pedágio para eixos suspensos nas concessões Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas e pela greve dos caminhoneiros.

Receita de Construção – aumento de 11,3%, principalmente, devido ao maior nível de obras nas concessionárias ECO101, devido principalmente as duplicações e recuperação da rodovia conforme cronograma definido pelo contrato de concessão e Ecovias dos Imigrantes, em função do início da realização das obras do aditivo contratual.

Receita Acessória e de Serviços – redução de 0,4%, em função das economias de serviços repassadas pela empresa de serviços às concessões rodoviárias.

Para mais informações sobre a Receita Bruta, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$3.037,8 milhões em 2018, excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$2.384,7 milhões, aumento de 0,4% em relação a 2017.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 7,3% e totalizaram R\$1.797,0 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais caixa atingiram R\$599,6 milhões, aumento de 1,6%, mesmo com os custos caixa do início de operação da ECO135 (+R\$11,3 milhões), abaixo da inflação de 3,7% no período, reflexo do foco e da disciplina na gestão operacional. As variações observadas foram:

Relatório da Administração

Pessoal: R\$249,6 milhões em 2018, redução de 1,2%, mesmo com custos referentes ao início de operação da ECO135 (+R\$4,1 milhões) e com o reajuste salarial de 1,8% em março de 2018, devido a otimização da estrutura administrativa;

Conservação e Manutenção: R\$81,8 milhões em 2018, aumento de 5,1%, devido ao início de operação da ECO135 (+R\$1,7 milhões);

Serviços de Terceiros: R\$130,8 milhões em 2018, redução de 0,5%, mesmo com o início de operação da ECO135 (+R\$2,9 milhões);

Poder Concedente, Seguros e Locações: R\$79,6 milhões em 2018, aumento de 0,7%, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio da Ecopistas, reajuste das taxas de fiscalização e ao início das operações da ECO135 (+R\$2,0 milhões);

Outros: R\$57,8 milhões em 2018, aumento de 17,7%, em função do aumento das despesas com combustível e energia elétrica e do início da ECO135 (+R\$0,7 milhão);

Depreciação e Amortização: R\$401,3 milhões em 2018, crescimento de 5,7%, devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

Provisão para Manutenção: R\$143,0 milhões em 2018, aumento de 20,6%, em função da revisão dos cronogramas de provisão para manutenção futura de todas as concessionárias para os períodos remanescentes dos contratos de concessão incorporando o aumento do custo do CAP (Cimento Asfáltico de Petróleo) além de uma melhora na apuração dos ciclos futuros de manutenção; e

Custo de Construção: R\$653,1 milhões em 2018, crescimento de 11,3% devido ao maior nível de obras nas concessionárias ECO101, devido principalmente as duplicações e recuperação da rodovia conforme cronograma definido pelo contrato de concessão e Ecovias dos Imigrantes, em função do início da realização das obras do aditivo contratual.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2018 foi de R\$1.645,0 milhões (margem EBITDA de 54,2%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$1.788,0 milhões com margem EBITDA de 75,0%, impactado pelo o início de operação da ECO135 (-R\$11,3 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$318,6 milhões, crescimento de 6,3% devido, principalmente, ao incremento de juros e variação monetária sobre de debêntures em função do maior endividamento, quando comparado com o exercício anterior.

Para mais informações sobre o Resultado Financeiro, vide Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Relatório da Administração

Em 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$590,2 milhões, redução de 5,2%, impactados pelos itens mencionados acima.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias Concessões e Serviços encerrou dezembro de 2018 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$1.682,1 milhões. A dívida bruta (composta por empréstimos e financiamentos e debêntures) atingiu R\$5.966,5 milhões, sendo 68,5% dos vencimentos no longo prazo. A obrigação com poder concedente era de R\$774,3 milhões.

A dívida líquida, sem a dívida com poder concedente, encerrou o ano em R\$4.284,4 milhões, com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 2,4x.

Para mais informações sobre o endividamento, vide notas explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia.

CAPEX

O Capex, composto pelo intangível/imobilizado e custo de manutenção, realizado em 2018, foi de R\$884,5 milhões. Os principais investimentos realizados foram: (i) Ecovias dos Imigrantes: implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta, obra, objeto de aditivo contratual, denominada Nova Entrada de Santos – Sistema Viário que eliminará os conflitos viários hoje existentes na entrada e saída do Porto de Santos e obras de conservação; (ii) Ecopistas: conclusão das obras do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto e obras de conservação; (iii) Ecovia, Ecocataratas Ecosul: obras de manutenção e conservação do pavimento; (iv) ECO101: duplicações e recuperação da rodovia conforme cronograma definido pelo contrato de concessão; (v) Ecoponte: início das obras de acesso à Linha Vermelha e Avenida Portuária; (vi) ECO135: investimentos em manutenção e construção das praças de pedágio.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$200,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores

Relatório da Administração

Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2018.

São Paulo, 14 de março de 2019.

A Administração

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("EcoRodovias Concessões" ou "Companhia") tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além de prestar serviços: administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia, compras corporativas, agenciamento de espaços para publicidade, dentre outros. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes (SP-160), km 28,5 – São Bernardo do Campo/SP.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a

Notas Explicativas

Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

2.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas, sendo todas as companhias domiciliadas no Brasil:

Controladas diretas	31/12/2018	31/12/2017	Atividade principal
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%	100,00%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00%	100,00%	Opera mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão.
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 006 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%	100,00%	Exploração sob o regime de concessão do Lote 003 Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul Ecosul (90% até fevereiro/2018)	100,00%	90,00%	Exploração pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (58% até agosto/2018)	100,00%	58,00%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte	100,00%	100,00%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100,00%	-	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais.
EIL02 S.A. (a partir de outubro/2018)	100,00%	-	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

Em 28 de setembro de 2018, a Companhia, adquiriu a totalidade das ações detidas do capital social da EIL02 S.A. de sua controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., por meio de aquisição, da totalidade de suas 3.300 (três mil e trezentas) ações, representativas de 100% do capital social da EIL02 pelo valor de R\$2.045,38 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

Notas Explicativas

2.3. Contratos de Concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade:

I) Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Explora o Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, e é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6). Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até junho de 2026.

II) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Administra conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna-Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão. Contrato, que foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até junho de 2039.

III) Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Explora 136,7 km constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia BR-277, km 60,5. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até novembro de 2021.

IV) Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Explora o trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O prazo de duração do contrato de concessão é de 24 anos. Contrato, foi contabilizado como ativo intangível, vigerá até novembro de 2021.

V) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Explora pelo regime de concessão denominado Polo Rodoviário de Pelotas, as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigerá até março de 2026.

VI) ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

Explora pelo regime de concessão da Rodovia Federal BR-101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ. A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir da data de assunção e transferência dos bens ocorrida em 10 de maio de 2013) consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema

Notas Explicativas

rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até maio de 2038.

VII) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Em 18 de maio de 2015 a Companhia, através de sua controlada Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1º de junho de 2015, da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha). O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até junho de 2045.

VIII) ECO135 Concessionária de Rodovias S.A.

Foi constituída em 18 de abril de 2018, tendo por objeto social, único exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 363,95km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária. O contrato foi contabilizado como ativo intangível e vigera até 2048. O início da cobrança de pedágio está prevista para 01 de abril de 2019.

2.4. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

Notas Explicativas

3.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e consolidadas:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 25).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para valorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por valorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Notas Explicativas

f) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

g) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.
IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes	A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.	A Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS.

(i) - A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Ativos:		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado

Notas Explicativas

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
Passivos:		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

h) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) (i)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas

Notas Explicativas

relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia e suas controladas diretas estimam reconhecer obrigações adicionais de arrendamento de R\$8.554 em 1º de janeiro de 2019.

i) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

4.PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Contabilização de Contratos de Concessão

Na contabilização dos Contratos de Concessão, a Companhia e suas controladas efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações para cada Contrato de Concessão da Companhia e suas características estão descritas na Nota Explicativa nº 2.2.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos Contratos de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos Contratos de Concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, que é o caso de todas as concessionárias de rodovias administradas pela Companhia, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Notas Explicativas

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a. Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 6,91% e 12,33% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas explicativas nº 19 e nº 20.
- b. Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

5.RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As controladas diretas Ecovias, Ecocataratas, Ecopistas e Ecovia realizaram a reclassificação de R\$8.833, R\$4.990, R\$4.568 e R\$3.323, respectivamente, entre as rubricas de "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, refletindo assim nas Demonstrações consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	122.678	(21.714)	100.964
Intangível	4.169.552	21.714	4.191.266
	<u>4.292.230</u>	<u>-</u>	<u>4.292.230</u>

Notas Explicativas

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$29.664 na Demonstração do fluxo de caixa entre as rubricas "Caixa líquido das atividades operacionais" e "Caixa líquido nas atividades de financiamento" para o período findo em 30 de setembro de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao poder concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	(17.175)	(23.127)	(40.302)
Caixa gerado nas operações			
Obrigações com Poder Concedente	41.838	(2)	41.836
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	(41.827)	23.129	(18.698)
	<u>(17.164)</u>	<u>-</u>	<u>(17.164)</u>

6.CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	69	14	30.244	37.853
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	744.241	1.127.703	1.186.688	1.504.290
Operações compromissadas (b)	-	-	5.275	17.473
Certificado de depósito bancário CDB (c)	169.467	-	358.765	-
Aplicações automáticas (d)	181	133	24.589	22.540
	<u>913.958</u>	<u>1.127.850</u>	<u>1.605.561</u>	<u>1.582.156</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

Notas Explicativas

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (79,9% em 31 de dezembro de 2017), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 100,6% do CDI em 31 de dezembro de 2018, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – VINCULADOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2018	31/12/2017
Fundo de investimento	76.525	69.068
	<u>76.525</u>	<u>69.068</u>
Circulante	61.521	60.234
Não circulante	15.004	8.834

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,6% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas diretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas, para a Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte-Rio Niterói - Ecoponte, para operações com o BNDES.

Notas Explicativas

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	110.670	123.216
Receitas acessórias (b)	5.464	5.849
Outras contas a receber	4.392	5.055
Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (c)	<u>(2.915)</u>	<u>(1.263)</u>
	<u>117.611</u>	<u>132.857</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	116.252	129.583
Vencidos:		
Até 30 dias	1.061	939
De 31 a 90 dias	267	2.257
De 91 a 120 dias	31	78
Acima de 120 dias	<u>2.915</u>	<u>1.263</u>
	<u>120.526</u>	<u>134.120</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial no exercício	1.263	503
Constituição de PECLD no exercício	(1.251)	1.284
Valores recuperados no exercício	<u>2.903</u>	<u>(524)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>2.915</u>	<u>1.263</u>

Notas Explicativas

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldos no início do exercício	320	285	97.166	89.031
Adições	153	54	6.483	6.269
Baixas	(18)	(34)	(8.248)	(3.322)
Atualização monetária	8	15	815	5.188
Saldos no fim do exercício	463	320	96.216	97.166

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Cível	-	-	4.598	4.134
Tributário	-	-	5.930	9.434
Trabalhista	463	320	10.087	10.379
Meio Ambiente	-	-	51.649	49.405
Desapropriações	-	-	23.952	23.814
	463	320	96.216	97.166

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 21 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS – CONTROLADORA

	Valores das investidas em 31/12/2018		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência Patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	449.003	365.453	100%	100%	449.003	419.623	365.453	360.344
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	46.893	71.354	100%	100%	46.893	60.462	71.354	100.811
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	581.910	39.231	100%	100%	581.910	554.973	39.231	34.172
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	349.094	38.075	100%	58%	349.094	127.631	31.106	16.395
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	48.718	97.694	100%	90%	48.718	30.317	97.038	71.757
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	9.625	(8.718)	100%	-	9.625	-	(8.718)	-
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	155.531	39.493	100%	100%	155.531	143.599	39.493	38.411
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	105.109	32.419	100%	100%	105.109	114.207	32.419	60.820
EIL-02 S.A.	1	(1)	100%	-	1	-	(1)	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio					42.013	47.606	-	-
					<u>1.787.897</u>	<u>1.498.418</u>	<u>667.375</u>	<u>682.710</u>

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2018:

	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02
Ativo	274.632	372.189	1.942.144	459.591	1.613.595	782.035	334.064	1.064.032	1
Ativo circulante	105.349	38.248	235.468	102.581	154.876	36.473	45.845	194.637	1
Ativo não circulante	169.283	333.941	1.706.676	357.010	1.458.719	745.562	288.219	869.395	-
Passivo	274.632	372.189	1.942.144	459.591	1.613.595	782.035	334.064	1.064.032	1
Passivo circulante	196.248	38.544	259.523	255.568	175.144	50.323	79.151	49.815	-
Passivo não circulante	31.491	284.927	1.233.618	98.913	856.541	382.618	99.382	1.004.592	-
Patrimônio líquido	46.893	48.718	449.003	105.110	581.910	349.094	155.531	9.625	1

Notas Explicativas

	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	EIL02
Receita líquida	286.397	356.781	1.069.132	368.910	335.392	395.065	182.732	53.467	-
Custos dos serviços prestados	(152.982)	(174.404)	(403.020)	(279.277)	(176.045)	(311.449)	(107.698)	(60.212)	-
Lucro/(prejuízo) bruto	133.415	182.377	666.112	89.633	159.347	83.616	75.034	(6.745)	-
Despesas gerais e administrativas	(15.842)	(17.606)	(45.022)	(16.780)	(19.004)	(9.376)	(11.494)	(5.215)	(1)
Outras receitas/(despesas), líquidas	1	(8)	2.465	479	(3)	-	(6)	2	-
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro	117.574	164.763	623.555	73.332	140.340	74.240	63.534	(11.958)	(1)
Resultado financeiro	(10.445)	(18.607)	(81.441)	(20.632)	(83.587)	(17.709)	(6.388)	(1.250)	-
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	107.129	146.156	542.114	52.700	56.753	56.531	57.146	(13.208)	(1)
Imposto de renda e contribuição social	(35.776)	(48.462)	(176.661)	(20.281)	(17.522)	(18.456)	(17.653)	4.490	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	71.353	97.694	365.453	32.419	39.231	38.075	39.493	(8.718)	(1)

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Aporte de Capital	Dividendos e JSCP propostos	Aquisição Participação	Amortização de ágio	Aumento no percentual de investimentos	Plano de opção com base em ações		Equivalência patrimonial	31/12/2018
							Outros	Outros		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	419.623	-	(336.073)	-	-	-	-	-	365.453	449.003
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	60.462	3.500	(88.439)	-	-	-	16	-	71.354	46.893
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	554.973	-	(12.300)	-	-	-	6	-	39.231	581.910
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. (a)	127.631	100.000	(9.042)	-	-	99.395	7	(3)	31.106	349.094
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (c)	-	18.343	-	-	-	-	-	-	(8.718)	9.625
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte	143.599	-	(27.569)	-	-	-	8	-	39.493	155.531
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	114.207	-	(41.517)	-	-	-	-	-	32.419	105.109
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (b)	30.317	-	(82.668)	-	-	4.025	6	-	97.038	48.718
EIL-02 S.A.	-	-	-	2	-	-	-	-	(1)	1
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	47.606	-	-	-	(5.593)	-	-	-	-	42.013
	1.498.418	121.843	(597.608)	2	(5.593)	103.420	43	(3)	667.375	1.787.897

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e JSCP propostos	Aporte de capital/ Redução de Investimento	Amortização de ágio	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2017
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	400.860	(341.581)	-	-	-	360.344	419.623
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	42.780	(90.745)	7.541	-	75	100.811	60.462
Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	498.444	(10.676)	33.000	-	33	34.172	554.973
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.	89.249	(2.978)	24.940	-	25	16.395	127.631
Concessionária da Ponte Rio Niteroi S.A. - Ecoponte	123.695	(18.542)	-	-	35	38.411	143.599
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	71.587	(113.058)	-	-	31	71.757	30.317
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	134.967	(57.080)	(24.500)	-	-	60.820	114.207
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	52.095	-	-	(4.489)	-	-	47.606
	1.413.677	(634.660)	40.981	(4.489)	199	682.710	1.498.418

(a) **Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.** : Em 28 de dezembro de 2017, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Companhia (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela Companhia, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

Em 19 de setembro de 2018, a última condição precedente, qual seja, aprovação do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Social), foi cumprida. Sendo que nesta data a Companhia passou a ser detentora de 100% de participação no capital social da controlada direta ECO101 Concessionária de Rodovias.

(b) **Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul** : Em 16 de janeiro de 2018, a controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e Companhia (controladora direta da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente a aquisição, pela Companhia, de 10% do capital social da Ecosul atualmente detido pela Grant. A ECS pagará R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 8 de fevereiro de 2018.

Notas Explicativas

(c) Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.: Em 6 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia") foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, por meio da Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais ("SETOP"), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguintes trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor nominal de R\$5.920 com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (data base janeiro/2016).

Outras informações sobre investimentos: Em 1 de fevereiro de 2018, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 5 de dezembro de 2013 e expira em 8 de janeiro de 2044.

EIL02 S.A. - Em 28 de setembro de 2018, a Companhia, adquiriu a totalidade das ações detidas do capital social da EIL02 S.A. de sua controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., por meio de aquisição, da totalidade de suas 3.300 (três mil e trezentas) ações, representativas de 100% do capital social da EIL02 pelo valor de R\$2.045,38 (dois mil e quarenta e cinco reais e trinta e oito centavos).

Notas Explicativas

1.1. IMOBILIZADO

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por valorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

a) Controladora

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual			
			Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2018		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2018		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2018	
			Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.	
<i>Hardwares</i>	10,0	10,8	18.218	673	-	18.891	(14.432)	-	(1.997)	-	-	(16.429)	2.462	3.786
Máquinas e equipamentos	10,0	6,8	1.072	37	(6)	1.103	(689)	-	(73)	-	-	(762)	341	383
Móveis e utensílios	10,0	7,8	1.810	-	(117)	1.693	(921)	-	(132)	114	-	(939)	754	889
Terrenos	-	-	2.185	7	-	2.192	-	-	-	-	-	-	2.192	2.185
Edificações	4,0	4,1	8.459	-	-	8.461	(2.243)	-	(346)	-	-	(2.589)	5.872	6.216
Veículos	10,0	16,1	153	-	-	157	(116)	-	(25)	-	-	(141)	16	37
Instalações	10,0	9,7	7.779	311	(17)	8.388	(2.660)	-	(801)	6	-	(3.455)	4.933	5.119
Imobilizado em andamento	-	-	2.377	-	-	197	-	-	-	-	-	-	197	2.377
Benfeitorias	10,0	10,1	-	6	-	6.966	-	-	(704)	-	(2.147)	(2.851)	4.115	-
Outros	-	-	5.102	-	-	1	(2.021)	-	(127)	-	2.147	(1)	-	3.081
			47.155	1.034	(140)	48.049	(23.082)	-	(4.205)	120	-	(27.167)	20.882	24.073

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo				Depreciação				Residual			
			Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017		Saldos em 31/12/2016		Saldos em 31/12/2017	
			Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.	
<i>Hardwares</i>	10,0	12,1	17.398	820	-	18.218	(12.276)	-	(2.156)	-	-	(14.432)	3.786	5.122
Máquinas e equipamentos	10,0	7,1	1.046	26	-	1.072	(614)	-	(75)	-	(689)	383	432	
Móveis e utensílios	10,0	7,9	1.766	44	-	1.810	(779)	-	(142)	-	(921)	889	987	
Terrenos	-	-	2.178	7	-	2.185	-	-	-	-	-	-	2.185	2.178
Edificações	4,0	4,2	8.459	-	-	8.459	(1.889)	-	(354)	-	(2.243)	6.216	6.570	
Veículos	10,0	20,9	153	-	-	153	(84)	-	(32)	-	(116)	37	69	
Instalações	10,0	10,2	7.508	271	-	7.779	(1.881)	-	(779)	-	(2.660)	5.119	5.627	
Imobilizado em andamento	-	-	1.739	638	-	2.377	-	-	-	-	-	-	2.377	1.739
Outros	-	10,0	4.993	112	(3)	5.102	(1.517)	-	(504)	-	(2.021)	3.081	3.476	
			45.240	1.918	(3)	47.155	(19.040)	-	(4.042)	20.882	-	(24.073)	26.200	

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em					Depreciação					Residual		
			31/12/2017			31/12/2018		31/12/2017			31/12/2018			31/12/2018	
			Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições		Baixas	Transf.
Hardwares	10,0	6,8	256.090	21.237	(46)	-	277.281	(220.396)	(18.257)	46	(153)	(238.760)	38.521	35.694	
Máquinas e equipamentos	10,0	6,3	49.034	2.364	(19)	-	51.379	(25.782)	(3.149)	6	106	(28.819)	22.560	23.252	
Móveis e utensílios	10,0	7,8	17.645	667	(166)	-	18.146	(10.727)	(1.388)	155	49	(11.911)	6.235	6.918	
Terrenos	-	-	6.512	7	-	-	6.519	-	-	-	-	-	6.519	6.512	
Edificações	4,0	4,1	8.459	-	-	2	8.461	(2.243)	(346)	-	-	(2.589)	5.872	6.216	
Veículos	10,0	11,7	16.552	867	(741)	1.090	17.768	(12.434)	(2.031)	741	(374)	(14.098)	3.670	4.118	
Instalações	10,0	9,7	7.779	311	(17)	315	8.388	(2.660)	(801)	6	-	(3.455)	4.933	5.119	
Benfeitorias	10,0	10,1	-	6	-	6.960	6.966	-	(704)	-	(2.147)	(2.851)	4.115	-	
Outros	-	5,9	23.827	154	(870)	(8.367)	14.744	(10.692)	(859)	-	2.519	(9.032)	5.712	13.135	
			385.898	25.613	(1.859)	-	409.652	(284.934)	(27.535)	954	-	(311.515)	98.137	100.964	

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Saldos em					Depreciação					Residual		
			31/12/2016			31/12/2017		31/12/2016			31/12/2017			31/12/2017	
			Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições	Baixas	Transf.	Adições		Baixas	Transf.
Hardwares	10,0	8,1	247.085	9.320	(443)	128	256.090	(200.438)	(20.393)	436	(1)	(220.396)	35.694	46.647	
Máquinas e equipamentos	10,0	6,8	44.761	4.308	(69)	34	49.034	(22.662)	(3.186)	66	-	(25.782)	23.252	22.099	
Móveis e utensílios	10,0	8,4	17.067	594	(21)	5	17.645	(9.288)	(1.459)	20	-	(10.727)	6.918	7.779	
Terrenos	-	-	6.505	7	-	-	6.512	-	-	-	-	-	6.512	6.505	
Edificações	4,0	5,0	8.460	-	-	(1)	8.459	(1.890)	(353)	-	-	(2.243)	6.216	6.570	
Veículos	10,0	12,8	16.754	732	(1.134)	200	16.552	(11.599)	(2.076)	1.250	(9)	(12.434)	4.118	5.155	
Instalações	10,0	11,2	7.509	304	-	(34)	7.779	(1.882)	(779)	-	1	(2.660)	5.119	5.627	
Outros	-	7,1	22.782	1.505	(460)	-	23.827	(9.238)	(1.632)	95	83	(10.692)	13.135	13.544	
			370.923	16.770	(2.127)	332	385.898	(256.997)	(29.878)	1.867	74	(284.934)	100.964	113.926	

Em 31 de dezembro de 2018, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 14). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 15) não existem garantias dessa natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágioos que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Em 31 de dezembro de 2018, na provisão da Outorga da controlada indireta ECO135 no valor de R\$ 28.967, foi expurgado do intangível para Provisão para Construção de obras futuras, sem efeito caixa para o exercício atual.

a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual			
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018
Intangível em andamento	-	-	1.770	266	(762)	1.274	-	-	1.274	-	1.274	1.770
Softwares de terceiros	20,0	10,0	70.685	7.242	762	78.689	(52.890)	(7.505)	(60.395)	(60.395)	18.294	17.795
			72.455	7.508	-	79.963	(52.890)	(7.505)	(60.395)	(60.395)	19.568	19.565

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	
Intangível em andamento	-	-	1.157	613	1.770	-	-	-	1.770	-	1.770	1.157
Softwares de terceiros	20,0	11,2	65.901	4.784	70.685	(45.236)	(7.654)	(52.890)	(52.890)	(7.654)	17.795	20.665
			67.058	5.397	72.455	(45.236)	(7.654)	(52.890)	(52.890)	(7.654)	19.565	21.822

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Saldo em 31/12/2017				Saldo em 31/12/2018				Saldo em 31/12/2019				Saldo em 31/12/2020			
			Adições	Baixas	Transf.	Residual	Adições	Baixas	Transf.	Residual	Adições	Baixas	Transf.	Residual	Adições	Baixas	Transf.	Residual
Contratos de concessão (i)	-	(ii)	6.142.696	1.001.415	(7.404)	367.925	7.504.632	(2.360.627)	(363.798)	-	(2.724.425)	4.780.207	3.782.069					
Softwares de terceiros	20,0	10,2	92.494	10.577	-	762	103.833	(68.709)	(10.014)	7	(78.716)	25.117	23.785					
Outros	-	-	181.290	-	-	-	181.290	(5)	(7)	-	181.278	181.285						
Intangível em andamento (iii)	-	-	204.127	522.575	-	(368.687)	358.015	-	-	-	-	358.015	204.127					
			6.620.607	1.534.567	(7.404)	-	8.147.770	(2.429.341)	(373.812)	-	(2.803.153)	5.344.617	4.191.266					
			Custo															
			Saldo em 31/12/2016				Saldo em 31/12/2017				Saldo em 31/12/2018				Saldo em 31/12/2019			
			Adições	Baixas	Transf.	Residual	Adições	Baixas	Transf.	Residual	Adições	Baixas	Transf.	Residual	Adições	Baixas	Transf.	Residual
			5.760.806	220.355	(1.345)	162.880	6.142.696	(2.020.817)	(339.736)	-	(74)	(2.360.627)	3.782.069	3.739.989				
			85.675	6.889	(70)	-	92.494	(58.532)	(10.194)	17	-	(68.709)	23.785	27.143				
			181.290	-	-	-	181.290	(5)	-	-	-	(5)	181.285	181.285				
			-	367.624	(285)	(163.212)	204.127	-	-	-	-	-	204.127	-				
			6.027.771	594.868	(1.700)	(332)	6.620.607	(2.079.354)	(349.930)	17	(74)	(2.429.341)	4.191.266	3.948.417				

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2018, as principais adições nesta rubrica referem-se a: (i) Ecovia R\$12.080 implantação de passarela e recuperação de pavimento na BR 277; (ii) Ecosul R\$59.525 recuperação de pavimento e sinalização horizontal e vertical do Polo de Pelotas; (iii) Ecovias R\$15.832 recuperação de pavimento rígido e recuperação de obras de arte especial no Sistema Anchieta-Imigrantes; (iv) Ecocataratas R\$59.692 recuperação de pavimento e obras de duplicação em 2 trechos da Rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$8.597 recuperação de pavimento nas rodovias Carvalho Pinto e Ayrton Senna; (vi) Eco101 R\$16.653 recuperação de elementos de proteção e segurança e obras do contorno de Iconha; (vii) Ecoponte R\$11.187 recuperação de pavimento e desapropriações; (viii) Eco135 R\$706.805 direito de outorga a pagar ao longo da Concessão (sem desembolso de caixa inicial) e trabalhos iniciais para operação da rodovia.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2018 foram 5,77% a.a. (5,60% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se a: (i) Ecovia R\$3.370 implantação de área de escape, implantação de rótula e execução de obras de acesso na BR 277; (ii) Ecosul R\$7.692 recuperação da iluminação e recuperação de obras de arte especial no Polo de Pelotas; (iii) Ecovias R\$98.884 implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta km 18 a km 23 em São Bernardo do Campo e implantação da conexão Porto-Cidade de Santos; (iv) Ecocataratas R\$4.149 readequação da base SAU em atendimento a Anvisa e implantação de retorno no km 660 da rodovia BR 277; (v) Ecopistas R\$34.832 obras de construção do prolongamento da rodovia Carvalho Pinto em Taubaté e recuperação de passivos ambientais e dispositivos de segurança; (vi) Eco101 R\$163.163 obras de duplicação da BR 101, restauração de pavimento, recuperação de drenagem de OAC, interseções, desapropriações, recuperação de obras de arte especial e pavimentação do contorno de Vitória; (vii) Ecoponte R\$45.286 substituição das juntas de dilatação e obras de construção da Alça da Linha Vermelha; (viii) Eco135 R\$12.864 trabalhos iniciais operação rodovia e capitalização de encargos e AVP sobre ônus da Concessão (sem desembolso de caixa inicial).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$27.680 referentes a encargos financeiros (R\$18.472 em 31 de dezembro de 2017) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 15,52%a.a. (8,96%a.a. em 31 de dezembro de 2017, custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

Notas Explicativas

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) Tributos diferidos – Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	31/12/2018
Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas	9.954	2.355	(3.921)	8.388	(1.566)
Outros	5.735	1.897	(4.385)	3.247	(2.488)
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	8.849	22.375	(16.062)	15.162	6.313
Provisão para Perdas Esperadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	61	709	(194)	576	515
Provisão para manutenção	95.399	39.228	(25.665)	108.962	13.563
AVP ônus Concessão	1.966	-	(519)	1.447	(519)
Juros capitalizados	(8.856)	(9.259)	180	(17.935)	(9.079)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(48.429)	-	3.341	(45.088)	3.341
Realização do ágio na incorporação	39.087	-	(9.582)	29.505	(9.582)
IR e CS diferido - ativo (passivo)	103.766	57.305	(56.807)	104.264	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					498

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal da companhia e das controladas diretas: ECO101 e Eco135.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$126.930 no ativo não circulante e R\$22.666 no passivo não circulante.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das investidas seja realizada sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2018	-	-	-	31.230	(25)	31.205
2019	39.341	783	40.124	30.516	(50)	30.466
2020	37.259	487	37.746	26.438	(50)	26.388
2021	35.683	(1.849)	33.834	24.835	(50)	24.785
2022	6.539	(1.849)	4.690	7.237	(50)	7.187
2023	6.540	(1.849)	4.691	139	(50)	89
Posteriores a 2023 (*)	1.568	(18.389)	(16.821)	138	(16.492)	(16.354)
	<u>126.930</u>	<u>(22.666)</u>	<u>104.264</u>	<u>120.533</u>	<u>(16.767)</u>	<u>103.766</u>

(*) Os valores acima de dez anos estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	587.161	621.187	925.108	986.846
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(199.635)	(211.204)	(314.537)	(335.528)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	206.485	212.828	-	-
Juros sobre capital próprio	1.630	3.446	1.630	3.446
Despesas indedutíveis	(26)	(24)	(92)	(234)
Gratificações diretores	(2.389)	(2.071)	(3.358)	(2.721)
Amortização de ágio	(1.902)	(1.526)	(6.876)	(6.500)
Incentivos fiscais (PAT)	-	22	1.766	1.574
Outros	(1.107)	16	(5.799)	(4.364)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>3.056</u>	<u>1.487</u>	<u>(327.266)</u>	<u>(344.327)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(889)	(327.764)	(330.630)
Impostos diferidos	3.056	2.376	498	(13.697)
Taxa efetiva	-	-	35,4%	34,9%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	24.550	32.516
Despesa IR/CS DRE	327.764	330.630
Total de IR/CS pagos	<u>(307.224)</u>	<u>(338.596)</u>
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>45.090</u>	<u>24.550</u>

Notas Explicativas**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Em moeda nacional:					
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	27.390	31.083
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP + 2,45% a.a.	92.799	120.526
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	168	212
Finame (b)	Ecocataratas	07/2020	6,0% a.a.	292	494
Finame (c)	Ecocataratas	06/2018	3,0% a.a.	-	27
Finem (d)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,10% a.a.	-	3.920
Finame (e)	Ecosul	11/2020	6,0% a.a.	97	148
Financiamento (f)	Eco101	12/2019	21,27% a.a.	111	203
Finem (g)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	187.354	107.022
Finem (h)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	169.567	178.071
Finem (i)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	51.410	49.275
Finem (i)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	28.461	-
Leasing (j)	Ecosul	03/2018	25,13% a.a.	-	28
				557.649	491.009
Circulante				59.328	56.261
Não circulante				498.321	434.748

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	51.254
2020	59.742	52.707
2021	50.393	43.539
2022	42.211	34.723
2023	43.710	35.527
2024	42.081	33.302
Posteriores a 2024	260.184	183.696
	498.321	434.748

A movimentação do saldo de empréstimos e financiamentos é conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	491.009	714.936
Adições	115.926	91.301
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	52.564	62.386
Pagamento do principal	(57.489)	(89.678)
Pagamento de juros	(44.361)	(287.936)
Saldo no fim do exercício	557.649	491.009

Notas Explicativas

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Referência	Controlada	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantia
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre os patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%, com base nas informações da emissora; (ii) O índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) A razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Carta-fiança.
(e)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção de índices.	Alienação do bem.
(f)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção de índices.	Sem garantias.
(g)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(h)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção de índices.	Cessão de direitos creditórios.
(i)	Ecoponte	BNDES	Da Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30; Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(j)	Ecosul	Bradesco	Não exigem manutenção de índices.	Nota promissória.

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros:

<u>Índices financeiros Ecopistas (a)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	36,06%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,20	2,35
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,00	3,32
<u>Índices financeiros Ecoponte (i)</u>	<u>Exigido</u>	<u>Medido</u>
(i) Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	50%
(ii) ICSD -Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	n.m. (*)
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	2,40

(*) ICSD não apurado, conforme cláusula 16ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (jan/19).

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	22.350	150 parcelas
B1	66.237	66.237	2.924	150 parcelas
B2	52.483	39.556	1.473	150 parcelas
B3	117.799	84.901	1.606	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	379.167	28.353	

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	53.729	1.793	177 mensais
b	177.920	29.126	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	620	7	177 mensais
e	2.075	-	-	157 mensais
Total	417.000	83.475	1.800	

Ecopistas

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	73.096	114 mensais
b	85.528	85.528	58.162	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	14.736	114 mensais
e	21.769	21.769	8.163	8 anuais
f	21.769	-	-	8 anuais
g	21.769	-	-	8 anuais
h	22.218	-	-	8 anuais
i	4.848	-	-	8 anuais
j	11.281	11.281	3.562	114 mensais
k	29.846	22.438	7.086	114 mensais
l	9.169	9.169	2.751	10 anuais
Total	355.396	277.384	167.556	

Notas ExplicativasEcocataratas

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A1	22.681	22.681	22.681	60 mensais
A2	9.720	9.720	9.720	60 mensais
Total	32.401	32.401	32.401	

15. DEBÊNTURES

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8%a.a./IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.244.376	1.194.292
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	407.560	447.317
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% do CDI a.a.	-	-	161.665	151.294
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% do CDI a.a.	-	-	208.864	195.228
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% do CDI a.a.	-	-	167.414	156.626
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% do CDI a.a.	-	-	50.123	50.073
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% do CDI a.a.	-	-	56.122	52.442
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 1,80% a.a.	-	-	25.000	24.847
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% do CDI a.a.	220.106	216.840	220.106	216.840
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2019	114,85% do CDI a.a.	100.113	104.574	100.113	104.574
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,00% e 110,25% do CDI	1.076.561	1.070.399	1.076.561	1.070.399
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	31.346	30.038	31.346	30.038
4ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2025	105,5% do CDI a.a.	341.696	319.955	-	-
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões	10/2018	CDI+0,79% a.a.	-	80.850	-	80.850
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	694.574	778.926	694.574	778.926
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões	04/2020	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	373.229	608.943	373.229	608.943
7ª Emissão - Ecorodovias Concessões	06/2025	IPCA + 7,44% a.a.	365.532	-	365.532	-
1ª Emissão - Eco135	08/2020	117,5% do CDI a.a.	-	-	226.224	-
			3.203.157	3.210.525	5.408.809	5.162.689
Circulante			650.996	763.320	1.287.451	942.137
Não circulante			2.552.161	2.447.205	4.121.358	4.220.552

A movimentação do saldo de debêntures é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	3.210.525	1.752.574	5.162.689	3.717.205
Adições	347.941	1.496.869	571.988	1.503.341
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	251.518	192.087	431.092	364.437
Pagamento de juros	(179.732)	(151.013)	(284.572)	(312.009)
Pagamento de principal	(427.095)	(79.992)	(472.388)	(110.285)
Saldo no final do exercício	3.203.157	3.210.525	5.408.809	5.162.689

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

Notas Explicativas

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 3º aditamento para inclusão da Fiança da Interveniente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04 de março de 2016 105,7% do CDI *over* -quitado (ii) de 04 de março de 2016 a 15 de maio de 2017 115,0% do CDI *over*, quitado (iii) de 15 de maio de 2017 a 15 de maio de 2020 107% do CDI *over*, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI *over*, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

Em 11 de junho de 2018, foi firmado um aditivo à 2ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das Debêntures para 17 de junho de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das Debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 110,75% do CDI sendo o primeiro pagamento em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

3ª Emissão

Em 2 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 2 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

Em 27 de novembro de 2018, foi realizado o 1º aditamento para inclusão da Fiança da Interviente Garantidora.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória e não é objeto de repactuação programada.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo à 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento das debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Notas Explicativas

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,18% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,42% a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 0,79%a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

Notas Explicativas

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI *over*, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI *over*. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, foi formalizado o 1ª aditivo à 5ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data de vencimento para 22 de dezembro de 2019. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 114,85% do CDI *over*, pagos em 22 de dezembro de 2018 e junto com a amortização em 22 de dezembro de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, nominativa, escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15

Notas Explicativas

de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;

- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI a.a. pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

7ª Emissão

Em 7 de julho de 2018, foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438%a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho, o primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

1ª emissão

Em 15 de agosto de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal total de R\$225 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 117,50% do CDI *over*, pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro sendo o primeiro pagamento em 15 de novembro de 2018 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 15 de agosto de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	295.015	(2.724)	292.291
2020	695.602	(2.335)	693.267	688.562	(2.111)	686.451
2021	567.277	(1.743)	565.534	560.237	(1.425)	558.812
2022	567.320	(910)	566.410	560.277	(625)	559.652
2023	15.593	(322)	15.271	15.022	-	15.022
2024	15.593	(236)	15.357	15.022	-	15.022
2025	696.398	(76)	696.322	319.955	-	319.955
	<u>2.557.783</u>	<u>(5.622)</u>	<u>2.552.161</u>	<u>2.454.090</u>	<u>(6.885)</u>	<u>2.447.205</u>

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2019	-	-	-	847.249	(7.652)	839.597
2020	1.452.406	(7.010)	1.445.396	1.122.409	(6.138)	1.116.271
2021	690.190	(5.464)	684.726	678.645	(5.231)	673.414
2022	964.979	(3.163)	961.816	943.362	(2.954)	940.408
2023	346.907	(1.509)	345.398	334.192	(1.326)	332.866
2024	330.135	(654)	329.481	318.035	(39)	317.996
Posteriores a 2024	354.612	(71)	354.541	-	-	-
	<u>4.139.229</u>	<u>(17.871)</u>	<u>4.121.358</u>	<u>4.243.892</u>	<u>(23.340)</u>	<u>4.220.552</u>

Notas Explicativas

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤3,5x	0,62x
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,40x
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	9,41x
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	>20%	36,06%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥1,20x	2,35x
		Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	≤5,5x	4,04x
		Dívida Líquida / Ebitda ajustado	<4,0x	3,32x
Ecosul	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,15x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,15x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,15x
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
	2ª	Dívida líquida/Ebitda	< 3,5x	2,60x
		Ebitda /Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,16x
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,61x
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x
		Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,5x	5,61x
5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	2,40x	
Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,61x		
6ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x	
	Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	5,61x	
7ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x	
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,35x
Eco135	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,40x

O *covenants* não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
	1ª série	15/10/2012	240.000	(6.626)	233.374	CDI + 0,79% a.a.	11,55%a.a.
	2ª série	15/10/2012	160.000	(4.417)	155.583	5,00%+ IPCA a.a.	11,44%a.a.
	3ª série	15/10/2012	400.000	(11.043)	388.957	5,35%+ IPCA a.a.	11,28%a.a.
	2ª série	24/05/2015	368.000	(2.609)	365.391	CDI + 1,42% a.a.	12,03%a.a.
Ecorodovias Concessões e Serviços	Série única	18/11/2016	215.000	(248)	214.752	106,0% CDI	9,09%a.a.
	Série única	12/04/2017	300.000	(112)	299.888	105,5% CDI	6,98%a.a.
	Série única	22/06/2017	100.000	(198)	99.802	114,85% CDI	7,72%a.a.
	1ª/2ª/3ª série	14/12/2017	319.550	-	319.550	106,0% CDI	6,78%a.a.
			750.450	(2.908)	747.542	110,25% CDI	7,06%a.a.
			30.000	-	30.000	IPCA + 6,0% a.a.	10,27%a.a.
	Série única	04/07/2018	350.000	(1.972)	348.028	IPCA + 7,44% a.a.	11,69%a.a.
Ecovias dos Imigrantes	1ª série	15/04/2013	200.000	(6.890)	193.110	IPCA + 3,80% a.a.	9,82%a.a.
	2ª série	15/04/2013	681.000	(23.462)	657.538	IPCA + 4,28% a.a.	9,77%a.a.
	1ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a.	14,68%a.a.
	2ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a.	14,82%a.a.
	3ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a.	14,78%a.a.
	4ª série	15/01/2011	92.500	(3.255)	89.245	IPCA + 8,25%a.a.	14,69%a.a.
Ecopistas	1ª série	14/07/2017	100.000	(206)	99.794	105,0% do CDI	6,81%a.a.
	2ª série	14/12/2017	70.000	(144)	69.856	105,0% do CDI	6,75%a.a.
	3ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,0% do CDI	6,75%a.a.
	4ª série	14/12/2017	40.000	(82)	39.918	105,0% do CDI	6,75%a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	9,01%a.a.
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	(481)	184.519	106,5% CDI	7,60%a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(258)	147.742	107,0% CDI	11,12%a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	(122)	49.878	110,75% CDI	8,13%a.a.
Eco135	Série única	15/08/2018	225.000	(953)	224.999	117,5% CDI	7,51%a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	(175)	49.825	107,0% CDI	7,28%a.a.
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	106,5% CDI	11,93%a.a.
			<u>5.560.000</u>	<u>(76.483)</u>	<u>5.484.469</u>		

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Natureza	Ativo			Passivo			Resultado		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	Custos e Despesas	
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(b)	Controlada	1.442	-	-	18.971	-	-	-	-	
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(k)	Controlada	23	-	6	-	-	-	-	-	
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(gg)	Controlada	-	-	2.366	-	-	-	-	-	
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul(b)	Controlada	1.329	-	-	17.479	-	-	-	-	
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul(d)	Controlada	44	-	26	289	-	-	-	289	
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(b)	Controlada	5.433	-	-	73.029	-	-	-	-	
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(e)	Controlada	10	-	42	-	-	-	-	-	
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(f)	Controlada	-	-	25	-	-	-	-	283	
Rodovia das Cataratas S.A.(b)	Controlada	1.727	-	-	22.718	-	-	-	-	
Rodovia das Cataratas S.A.(k)	Controlada	77	-	55	-	-	-	-	-	
Rodovia das Cataratas S.A.(g)	Controlada	-	-	-	645	-	-	-	645	
Rodovia das Cataratas S.A.(hh)	Controlada	-	-	15.243	-	-	-	-	-	
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas(b)	Controlada	2.088	-	-	27.468	-	-	-	-	
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas(k)	Controlada	1	-	-	-	-	-	-	-	
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas(a)	Controlada	-	142.317	-	-	10.223	-	-	-	
Conc.Rod.Ayrton Senna e C.Pinto S.A. Ecopistas(m)	Controlada	-	271.497	-	-	-	-	17.226	-	
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(k)	Controlada	-	-	15	-	-	-	-	-	
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.(b)	Controlada	465	-	-	6.119	-	-	-	-	
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (k)	Outras partes relacionadas	9	-	-	-	-	-	-	-	
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (k)	Controlada	29	-	-	-	-	-	-	-	
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (dd)	Controlada	1.678	-	-	-	-	-	-	-	
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. (b)	Controlada	235	-	-	3.017	-	-	-	-	
Cons.Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte(b)	Controlada	357	-	-	4.702	-	-	-	-	
Conc.Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte (bb)	Controlada	228	-	426	228	-	-	-	426	
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	47	-	-	822	-	-	-	-	
Elog S.A.(b)	Outras partes relacionadas	-	-	-	1.026	-	-	-	-	
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	30	-	-	696	-	-	-	-	
Ecoporto Santos S.A.(k)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Termas Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	-	-	1	1.436	-	-	-	-	
Itinera Construções Ltda.(j)	Outras partes relacionadas	111	-	-	-	-	-	-	-	
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(n)	Controladora	-	-	1.014	2	-	-	-	-	
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(l)	Controladora	-	-	25.407	-	-	-	-	-	
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(h)	Controladora	174.000	455.073	-	-	-	69.884	-	-	
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(c)	Controladora	-	353.073	-	-	31.332	-	-	-	
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.(i)	Controladora	-	89.784	-	-	-	-	5.707	-	
Total em 31 de dezembro de 2018		189.363	1.311.744	44.626	178.647	41.555	69.884	22.933	1.643	
Total em 31 de dezembro de 2017		436.423	1.112.321	1.536	261.758	54.524	67.548	-	1.191	

Notas Explicativas

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado			Custos e Despesas
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita	Juros de Mútuo	Juros de Cessão de Dívida	Juros de Debêntures Privada	
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	47	-	-	822	-	-	-	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda. (z)	Outras partes relacionadas	12	-	-	-	-	-	-	-
Elog S.A.(b)	Outras partes relacionadas	-	-	-	1.026	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.(b)	Outras partes relacionadas	31	-	-	696	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A. (k)	Outras partes relacionadas	-	-	1	-	-	-	-	-
Termares Terminais Marítimos Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	112	-	-	1.436	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (n)	Controladora	-	-	1.014	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (l)	Controladora	-	-	25.407	-	-	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (h)	Controladora	174.000	455.073	-	-	-	69.884	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora	-	353.073	-	-	31.332	-	-	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (i)	Controladora	-	89.784	-	-	-	-	5.707	-
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (aa)	Controladora	-	-	54	-	-	-	-	633
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (ff)	Controladora	-	-	3.152	-	-	-	-	-
Itinera Construções LTDA.(j)	Controladora	-	-	-	2	-	-	-	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (k)	Outras partes relacionadas	9	-	-	-	-	-	-	-
CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.(o)	Outras partes relacionadas	-	52.148	2.619	-	-	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda.(o)	Outras partes relacionadas	-	4.252	107	-	-	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (u)	Outras partes relacionadas	-	5.797	-	-	-	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (x)	Outras partes relacionadas	-	11.100	-	-	-	-	-	-
Consorcio MG135 (ee)	Outras partes relacionadas	-	16.318	7.838	-	-	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (y)	Outras partes relacionadas	-	24.983	6.055	-	-	-	-	-
SBS Engenharia e Construções Ltda. (w)	Outras partes relacionadas	-	24.042	-	-	-	-	-	-
A.Madeira Ind.e Com.Ltda. (v)	Outras partes relacionadas	-	9.006	-	-	-	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (t)	Outras partes relacionadas	-	7.650	-	-	-	-	-	-
Engenharia e Construções Araribóia Ltda.(r)	Outras partes relacionadas	-	7.171	-	-	-	-	-	-
Incoşpal Construções Ltda. (s)	Outras partes relacionadas	-	739	-	-	-	-	-	-
Consórcio Binário Porto de Santos (cc)	Outras partes relacionadas	-	10.543	3.263	-	-	-	-	-
Vix Logística Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	4.252
Unimar Transportes Ltda. (p)	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	3.951
Total em 31 de dezembro de 2018		174.211	1.071.679	49.510	3.982	31.332	69.884	5.707	8.836
Total em 31 de dezembro de 2017		415.275	1.015.100	16.918	11.493	40.877	67.548	-	12.290

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- a) O valor de R\$142.317 (R\$133.627 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contrato de mútuo com a Ecopistas. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,20% a.a. com vencimento até 31 de março de 2025.
- b) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$182.432, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto das faturas de serviços já incorridos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$13.265 (R\$21.648 em 31 de dezembro de 2017).
- c) O valor de R\$353.073 (R\$326.441 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O contrato de mútuo foi prorrogado e alterado na taxa fixa para 105,0% do CDI, e com o vencimento para 12 de junho de 2020.
- d) A Companhia celebrou em 27 de julho de 2011 contrato de permissão especial de uso oneroso de faixa de domínio com a controlada Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul e celebrou em 14 de dezembro de 2012 contrato de locação de fibra óptica com permissão de uso de duto com a mesma controlada.
- e) A Companhia celebrou contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas com sua controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., com o objetivo de ratear os custos e as despesas comuns à Companhia e à sua controlada na realização de atividades administrativas compartilhadas. O prazo do contrato vigorou de 1º de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2018.
- f) A Companhia celebrou contrato de locação de seu prédio administrativo localizado na Rodovia dos Imigrantes km 28,5 com sua controlada direta Ecovias dos Imigrantes. O valor mensal da locação é de R\$24.
- g) A Companhia e sua controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Rodovia das Cataratas cede para a Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecocataratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de dezembro de 2018, esse valor atualizado é de R\$53 por mês.
- h) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2018 e - 2ª série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020. O vencimento final do pagamento da cessão de dívida é dezembro de 2023.
- i) Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetariamente. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirão juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização

Notas Explicativas

serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$89.784 (R\$84.077 em 31 de dezembro de 2017).

- j) A Itínera Construções Ltda. celebrou contrato com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., a qual se obriga a prestar serviços contábeis, fiscais e de recursos humanos conforme "Catálogo de Serviços". O valor do contrato é de R\$15 (de serviços já realizados) e sua vigência foi até fevereiro de 2018.
- k) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores.
- l) Refere-se a Imposto de Renda sobre Cessão de Dívida.
- m) Em 12 de julho de 2017, a controlada direta Conc.Rod. Ayrton Senna e C. Pinto S.A. Ecopistas realizou a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a Companhia adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Controlada. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma: Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros. Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- n) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a Controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística (vide nota de remuneração dos administradores).
- o) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830. O prazo para execução desses será até 31 de maio de 2020. Os saldos em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$2.726 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- p) A Unimar Transportes Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas Explicativas

- q) A Vix Logística Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- r) A Engenharia e Construção Arariboia Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- s) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- t) A Contek Engenharia S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- u) A CR Almeida Engenharia e Obras S.A., que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução de obras civis do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificamente os lotes 02 e 03, da controlada direta Ecopistas. O preço global firmado para execução destes serviços foi de R\$120.779 e o prazo foi 31 de março de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, não há saldos a pagar em aberto (de serviços já realizados).
- v) A A.Madeira Ind. e Com. Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- w) A SBS Engenharia S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Grant Concessões e Participações, que possuía 14,5% de participação no capital social da controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.
- x) O Consórcio Baixada Santista, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Intinera Construções Ltda., prestou serviços de execução de serviços de implantação de acesso na SP-150 Rodovia Anchieta pista norte KM 56. O preço global firmado foi de R\$22.899. O prazo de execução desses serviços foi em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018 não há saldos a pagar em aberto (de serviços já realizados).
- y) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Intinera Construções Ltda., presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$228.605 e o prazo de execução desses serviços é 31 de março de 2020. Em 31 de setembro de 2018 o saldo em aberto a pagar de R\$6.055 (de serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- z) Refere-se a troca de Numerários entre Ecopátio e Ecopistas.
- aa) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada Ecosul que pertence a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O saldo em aberto a

Notas Explicativas

pagar de R\$54 (de aluguéis já realizados) tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

- bb) A Companhia e sua Controlada direta Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - ECOPONTE assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Controlada cede para Companhia o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 dezembro de 2018 este valor atualizado é de R\$ 10 por mês.
- cc) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de implantação da conexão Porto-Cidade entre o KM 60 e KM 65+600 da SP 150 , municípios de Santos e Cubatão. O preço global firmado é de R\$184.837 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de novembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto de R\$3.263 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- dd) Reembolso de Despesas referente ao estudo para o Leilão.
- ee) O Consórcio MG-135, formado pelas partes relacionadas CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Itinera Construções Ltda., presta serviço de execução da infraestrutura das 06(seis) Praças de Pedágios a serem implantadas nas rodovias sob concessão da Controlada. O preço global firmado é de R\$25.878 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de março de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto de R\$7.838 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- ff) Refere-se ao pagamento de prejuízo fiscal adquirido pela controlada direta Ecosul da controladora direta da Companhia EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., para liquidação do PERT da referida controlada.
- gg) Refere-se a devolução de dividendos recebidos a maior no exercício de 2018 da controlada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
- hh) Refere-se a devolução de dividendos recebidos a maior no exercício de 2018 da controlada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em R\$19.633, contemplando custos adicionais referentes ao rateio do pagamento de remuneração de alguns de seus diretores, os quais poderão ser diretamente pagos pela sua controladora direta, nos termos do contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	8.012	5.361
Plano de retenção	4.988	4.773
Plano de opção com base em ações	83	74
Previdência privada	207	78
Remuneração baseada em ações	(597)	909
Assistência médica	184	72
Seguro de vida	6	3
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	2.038	2.552
	<u>14.921</u>	<u>13.822</u>

17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

i) Outorgas fixas e variáveis

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	-	6.330
Variável - Ecovias (b)	1.482	1.500
Variável - Ecopistas (b)	445	412
Outras Ecovia - Verba de fiscalização (c)	278	257
Outras Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	588	466
Variável - Ecosul (e)	232	214
Outras Ecocataratas - Verba de fiscalização (f)	325	302
Taxa de fiscalização - Ecoponte (g)	276	269
Taxa de fiscalização - Eco101 (h)	532	518
Outras Ecocataratas - PRE/PRF (i)	2.663	2.794
Fixas - Eco135 (j)	<u>767.527</u>	-
	<u>774.348</u>	<u>13.062</u>
Circulante	9.518	13.062
Não circulante	764.830	-

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo foi pago em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos desde o mês de início de arrecadação, reajustados anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em maio de 2018, a controlada indireta Ecovias efetuou o pagamento da última parcela do ônus.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano,

Notas Explicativas

similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também com atualização monetária pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o desconto de R\$0 (R\$1.063 em 31 de dezembro de 2017), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$50 (R\$157, credor, em 31 de dezembro de 2017), e foi totalizado o valor líquido de R\$50 (R\$1.220, credor, em 31 de dezembro de 2017) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

- b) A parcela variável das controladas diretas Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado mensal é de R\$277 (R\$257 em 31 de dezembro de 2017).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada indireta Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, a parcela reajustada é de R\$325 (R\$302 em 31 de dezembro de 2017).
- g) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado é de R\$276 (R\$269 em 31 de dezembro de 2017).
- h) Taxa de fiscalização da controlada direta Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$532 (R\$518 em 31 de dezembro de 2017).
- i) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.
- j) Conforme contrato de concessão da Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5.920 mil com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060.000 (R\$2.312.752, atualizado na data da assinatura do contrato). Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi aplicado o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7%a.a. no valor de R\$1.605.947.

Notas Explicativas

Adicionalmente, as controladas diretas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	13.062	31.446
Adição Principal (*)	2.312.752	-
AVP da constituição (*)	(1.605.947)	-
Intangível (***)	2.223	2.200
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	43.690	41.836
Variação monetária sobre obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 25)	(50)	(1.220)
Realização do AVP (**)	34.980	-
Custos financeiros (**)	25.743	-
Pagamento do principal	<u>(52.105)</u>	<u>(61.200)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>774.348</u>	<u>13.062</u>

(*) Refere-se ao contrato de concessão da Controlada direta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A..

(**) Conforme item 32 do Pronunciamento técnico CPC04 – Ativos Intangíveis, a controlada Eco135 está capitalizando os custos financeiros até a data do início da cobrança de pedágio.

(***) Valores provisionados mensalmente no Intangível (obrigação contratual) e são contemplados na linha de pagamentos, porém não possui efeito no caixa.

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária também é responsável pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir:

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Notas Explicativas

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Verba de fiscalização ANTT: a concessionária deverá recolher a ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.
- Verba de segurança no trânsito: a concessionária deverá disponibilizar à ANTT, ao longo de todo prazo da concessão, verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados a prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;

Notas Explicativas

Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

31/12/2018								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	61.976	169.068	277.598	47.595	78.657	1.557.704	578.503	2.771.101
Conservação especial (manutenção)	27.147	68.280	179.458	153.410	428.813	682.198	427.050	1.966.356
Equipamentos	10.977	37.515	54.393	9.075	231.126	355.576	86.959	785.621
Total	100.100	274.863	511.449	210.080	738.596	2.595.478	1.092.512	5.523.078

31/12/2017								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686	2.788.633
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870	1.895.881
Equipamentos	11.090	37.114	53.000	8.747	225.202	343.021	86.332	764.506
Total	119.847	333.083	366.025	276.161	674.584	2.563.432	1.115.888	5.449.020

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão favorável a Ecopistas, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas.

Notas Explicativas

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

18. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Notas Explicativas

A Concessionária Ecovia e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 6 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas

Acerca do inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e do inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. Com relação as buscas e apreensões para obter informações sobre as subsidiárias da Companhia Concessionaria Ecovia Caminho do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas, prisão temporária de 1 (um) diretor superintendente e preventiva de 1 (um) colaborador (ambos já em liberdade e afastados dos seus cargos) cujas ordens emanaram do processo de busca e apreensão nº 5036128-042.2018.4.04.7000, a Companhia informa que foi oferecida e aceita denúncia contra estes dois executivos nos autos da ação penal nº 5003165-06.2019.4.04.7000 em curso perante a 23ª Vara Federal de Curitiba/PR. As subsidiárias Concessionaria Ecovia Caminho do Mar, Rodovia das Cataratas – Ecocataratas e Ecorodovias Concessões e Serviços informam que não foram objeto de denuncia em ação penal, apenas seus executivos afastados, havendo pedido do Ministério Público Federal de fixação de montante mínimo para reparação de danos, estimado para a Ecovia a importância de R\$200.499 e para a Ecocataratas a importância de R\$935.476. A Companhia e suas investidas estão sujeitas às Leis 8.429/92 e 12.846/13 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, eventuais penalidades poderão ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia e suas investidas. A Companhia está atualmente apurando os fatos alegados na denúncia e consultando seus assessores legais, a fim de avaliar, quanto a potenciais ações que eventualmente venham a ser apresentadas no futuro, os riscos envolvidos, as possíveis alternativas e argumentos de defesa. Entretanto, no momento, não é possível determinar uma perda provável decorrente de obrigação presente advinda de evento passado ou mensurar de forma precisa o eventual risco envolvido. Isso tendo em vista que, entre outros fatores: (i) o Ministério Público Federal não entrou com ação contra a Companhia ou suas subsidiárias com base nos eventos acima mencionados; e (ii) não está claro, até o momento, em qual medida as alegações do Ministério Público Federal estão corretas e quais pedidos e evidências seriam utilizados para embasar as alegações. No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente para reporte direto ao Conselho de Administração, com as seguintes responsabilidades:(a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta

Notas Explicativas

não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação as políticas internas e procedimentos relativos a investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. Para o cumprimento do item b acima, a Companhia informou que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação de empresas renomadas. O Comitê Independente procurou assegurar que a apuração empregasse metodologia de investigação forense reconhecida pelo mercado e que os trabalhos fossem conduzidos de forma abrangente e sem obstáculos, tendo resultado na análise de aproximadamente 19.000 documentos, 230.000 arquivos eletrônicos, 170 relatórios de integridade e 248 testes de transação.

Acerca do desenvolvimento dos trabalhos de investigação independente, a Companhia informa que foram concluídos com a apresentação em 07 de fevereiro de 2019 do relatório final ao Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A, com apoio dos representantes dos renomados escritórios contratados. Os trabalhos do Comitê Independente foram inconclusivos em relação a existência de ilicitudes apontadas nas alegações do Ministério Público Federal e não indicaram o cabimento de medidas judiciais ou disciplinares. Ainda, o Comitê Independente alertou que o desdobramento das investigações do Ministério Público Federal poderá apresentar novas informações que, por sua vez, poderão potencialmente resultar em novas alegações ou evidencias. O Comitê Independente encerrou seus trabalhos e foi dissolvido em 15 de fevereiro de 2019. Diante desse cenário, neste momento a Companhia não dispõe de elementos que a possibilitem identificar a existência ou não de potencial perda relacionada a esses eventos.

19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período das concessões, ajustados a valor presente com taxas de 6,91% a 12,33% ao ano, em média. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.142.368	185.823	-	-	1.328.191
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(232.403)	(42.809)	-	-	(275.212)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(120.376)	-	(929.908)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	169.191	-	-	28.213	197.404
	<u>269.624</u>	<u>143.014</u>	<u>(120.376)</u>	<u>28.213</u>	<u>320.475</u>
Circulante	90.503				79.074
Não circulante	179.121				241.401

Notas Explicativas

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.002.111	140.257	-	-	1.142.368
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(210.773)	(21.630)	-	-	(232.403)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(147.017)	-	(809.532)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	139.249	-	-	29.942	169.191
	<u>268.072</u>	<u>118.627</u>	<u>(147.017)</u>	<u>29.942</u>	<u>269.624</u>
Circulante	87.531				90.503
Não circulante	180.541				179.121

20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	31.180	-	-	149.155
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	(2.213)	-	-	(23.540)
Realização da construção	(47.321)	-	(482)	-	(47.803)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	15.939	-	-	3.116	19.055
	<u>65.266</u>	<u>28.967</u>	<u>(482)</u>	<u>3.116</u>	<u>96.867</u>
Circulante	57.568				71.841
Não circulante	7.698				25.026

Notas Explicativas

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(11.454)	-	(47.321)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	11.111		4.828	15.939
	<u>71.892</u>	<u>(11.454)</u>	<u>4.828</u>	<u>65.266</u>
Circulante	38.124			57.568
Não circulante	33.768			7.698

21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIASPolítica contábil

O Grupo EcoRodovias faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão nos exercícios é conforme segue:

	Controladora		
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	-	1.071	1.071
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	262	282	544
(-) Pagamentos	(300)	(819)	(1.119)
(+) Atualização monetária	38	98	136
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>632</u>	<u>632</u>

	Controladora	
	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	645	645
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	926	926
(-) Pagamentos	(696)	(696)
(+) Atualização monetária	196	196
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.071</u>	<u>1.071</u>

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	66.661	10.721	8.630	86.012
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(289)	5.325	(2.823)	2.213
(-) Pagamentos	(6.224)	(7.623)	(1)	(13.848)
(+) Atualização monetária	3.745	602	67	4.414
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>63.893</u>	<u>9.025</u>	<u>5.873</u>	<u>78.791</u>

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	62.558	9.438	7.668	79.664
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	1.856	2.662	900	5.418
(-) Pagamentos	(4.549)	(3.290)	-	(7.839)
(+) Atualização monetária	6.796	1.911	62	8.769
Saldos em 31 de dezembro de 2017	66.661	10.721	8.630	86.012

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

- A controlada direta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Ecovias não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Será interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de dezembro de 2018 é de R\$51.649 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

A Companhia e suas controladas possuem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$209.187 (R\$164.252 em 31 de dezembro de 2017), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$41.412 (R\$50.082 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada direta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

Notas Explicativas

No mês de agosto de 2015 foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção. Em outubro de 2018 houve decisão do Supremo Tribunal Federal, afastando a aplicação do índice IPCA-E, até que ocorra a modulação dos efeitos da decisão. O processo também será encaminhado à AGU e à PGR, para produção de parecer sobre o tema.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há tese de defesa que determina que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, até que o STF decida em definitivo sobre a matéria, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2018, também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$174.610 (R\$149.883 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

O principal processo tributário é conforme segue:

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 2 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2018 é de R\$128.386 (31 de dezembro de 2017 é de R\$121.739).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$696.715 e está representado por 696.715 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

Notas Explicativas

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o total de reserva legal é de R\$139.343 (R\$139.343 em 31 de dezembro de 2017).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$603.740 refere-se a: R\$176.772 saldo de dividendos e R\$ 8.615 de juros sobre capital próprio remanescentes de 2017, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 23 de janeiro de 2018, 23 de fevereiro de 2018 e 25 de abril de 2018; R\$413.560 dividendos intermediários e R\$4.793 juros sobre capital próprio do exercício de 2018 (dos 4.793 contabilizados), aprovados em reuniões do Conselho de Administração.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	590.217	622.674
Juros sobre capital próprio	(4.793)	(10.137)
Dividendos intermediários pagos	(413.560)	(435.765)
Constituição da reserva para dividendos	(171.864)	(176.772)
e) Participações de acionistas não controladores		
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	97.948	72.583
Aporte de capital	-	18.060
Aquisição de participação de minoritários Ecosul	(4.025)	-
Aquisição de participação de minoritários Eco135	(99.395)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.155)	(12.562)
Reserva de capital - plano de opções	2	22
Participação nos lucros do exercício	7.625	19.845
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>97.948</u>

Notas Explicativas

23. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas prestados pela Companhia.

- (d) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita com arrecadação de pedágio (a)				
Pedágio em numerário	-	-	1.041.194	1.069.855
Pedágio por equipamento eletrônico	-	-	1.228.070	1.254.202
Vale-pedágio	-	-	258.867	208.975
Outras	-	-	529	962
	-	-	2.528.660	2.533.994
Receitas acessórias (b) e de prestação de serviços (c)	187.102	194.120	98.976	99.411
Receita de construção (d)	-	-	653.066	586.536
Receita bruta	187.102	194.120	3.280.702	3.219.941
Deduções de receita bruta	(22.585)	(21.655)	(242.946)	(258.418)
Receita líquida	164.517	172.465	3.037.756	2.961.523

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Base de cálculo de impostos				
Receita com arrecadação de pedágio	-	-	2.528.660	2.533.994
Receitas acessórias e de prestação de serviços	187.102	194.120	98.976	99.411
	<u>187.102</u>	<u>194.120</u>	<u>2.627.636</u>	<u>2.633.405</u>
Deduções				
Cofins (3% concessionárias e 7,6% controladora)	(14.271)	(14.767)	(92.785)	(93.334)
PIS (0,65% concessionárias e 1,65% controladora)	(3.086)	(3.189)	(20.098)	(20.212)
ISS (2% a 5%)	(3.550)	(3.699)	(129.890)	(133.538)
Abatimentos	(1.678)	-	(173)	(11.334)
	<u>(22.585)</u>	<u>(21.655)</u>	<u>(242.946)</u>	<u>(258.418)</u>

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	94.204	99.814
Conservação e manutenção	8.447	6.609
Serviços de terceiros	28.905	31.425
Seguro	246	24
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 11.a e nº 12.a)	11.710	11.696
Locação e aluguéis de imóveis, veículos e máquinas	11.259	12.697
Outros custos operacionais	5.833	1.006
	<u>160.604</u>	<u>163.271</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	101.571	87.759
Despesas operacionais gerais e administrativas	59.033	75.512
	<u>160.604</u>	<u>163.271</u>
	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	249.553	252.669
Conservação e manutenção	81.785	77.786
Serviços de terceiros (*)	130.828	131.544
Seguro	12.460	13.397
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	43.690	41.836
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	143.014	118.627
Custos de construção de obras	653.066	586.536
Depreciações e amortizações (vide Nota Explicativa nº 11.b e nº 12.b)	401.347	379.808
Locações de imóveis e máquinas	23.461	23.847
Outros custos e despesas operacionais	57.784	49.100
	<u>1.796.988</u>	<u>1.675.150</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	1.654.993	1.521.804
Despesas operacionais gerais e administrativas	141.995	153.346
	<u>1.796.988</u>	<u>1.675.150</u>

Notas Explicativas

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	54.779	14.972	91.296	58.554
Variação monetária créditos fiscais	8	1.416	2.893	6.605
Variação monetária debêntures	10.892	3.739	26.607	11.571
Juros sobre mútuo	41.555	54.524	31.332	40.877
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	50	1.220
Receita sobre debêntures privada	22.933	8.348	5.707	4.077
Juros ativos sobre cessão da dívida	69.884	67.548	69.884	67.548
Juros capitalizados	-	-	27.680	18.472
Outras receitas financeiras	1.277	105	2.724	218
	201.328	150.652	258.173	209.142
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(190.262)	(154.507)	(324.755)	(292.373)
Juros sobre financiamentos	-	-	(48.114)	(53.708)
Variação monetária sobre debêntures	(46.147)	(25.298)	(122.113)	(78.166)
Variação monetária sobre financiamentos	-	-	(4.450)	(8.678)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(4.275)	(4.310)	(10.831)	(9.546)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	-	-	(31.329)	(34.770)
Atualização monetária obrigações fiscais	(136)	(196)	(4.414)	(7.355)
Juros sobre debêntures privada	(21.726)	(20.059)	-	-
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(14.918)	(12.254)	(18.558)	(15.824)
Outras despesas financeiras	(2.381)	(251)	(12.184)	(8.457)
	(279.845)	(216.875)	(576.748)	(508.877)
Resultado financeiro, líquido	(78.517)	(66.223)	(318.575)	(299.735)

26. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**a) Lucro básico e diluído por ação**

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	590.217	622.674
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	696.715	696.715
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	<u>0,85</u>	<u>0,89</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua a diluição com base no plano de opções, pois o plano é da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (a)	3.203.157	2.447.205	6.740.806	5.666.760
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(913.958)</u>	<u>(1.127.850)</u>	<u>(1.682.086)</u>	<u>(1.651.224)</u>
Dívida líquida	<u>2.289.199</u>	<u>1.319.355</u>	<u>5.058.720</u>	<u>4.015.536</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>1.022.255</u>	<u>1.018.305</u>	<u>1.022.255</u>	<u>1.116.253</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,24</u>	<u>1,30</u>	<u>4,95</u>	<u>3,60</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDBs, fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas remunerados a taxa média ponderada de 99,3% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (98,6% do CDI em 31 de dezembro de 2017), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 17.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
	Valor justo através do		
Caixa e bancos (ii)	resultado	30.244	30.244
Clientes (i)	Custo amortizado	117.611	117.611
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Valor justo através do resultado	1.651.843	1.651.843
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	80.620	80.620
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	557.649	557.649
Debêntures (iii)	Custo amortizado	5.408.809	5.408.809
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	774.348	774.348
<i>Phantom Stock Option</i> (v)	Custo amortizado	5.537	5.537

(i) O saldo das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possui prazos de vencimento, substancialmente, em até 45 dias, portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(iv) Calculado excluindo-se o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

(v) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

Notas Explicativas

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) *Risco da taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$84.737 (R\$102.928 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - Ecovia	106,5% CDI	165.611	-	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	30.950	152.389	-	-
Debêntures - Ecosul	110,75% CDI	3.632	51.582	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	10.080	51.668	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42%a.a.	208.273	188.112	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	228.791	-	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,5% CDI	64.998	24.586	26.242	399.360
Debêntures - ECS	114,85% CDI	107.385	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	23.960	338.142	-	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	58.560	51.992	423.847	397.956
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0%a.a.	2.179	2.023	2.106	44.134
Debêntures - ECS	IPCA + 7,4438%a.a.	40.292	28.566	29.726	546.609
Debêntures - Eco101	CDI + 2,56%a.a.	2.239	26.080	-	-
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48%a.a.	6.795	6.823	6.847	73.412
BNDES - Ecoponte	TJLP + 3,48%a.a.	2.994	3.825	3.825	42.073
Debêntures Privadas Ecopistas	105,0% CDI	18.360	7.933	8.465	134.680
Debêntures Privadas Ecopistas	105,5% CDI	21.539	11.555	12.333	208.135
Debêntures - Ecocataratas	106,5% CDI	214.174	-	-	-
Debêntures - Eco135	117,5% CDI	18.578	235.320	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45a.a.	35.454	33.096	19.822	19.658
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84a.a.	26.464	26.464	26.464	185.247
BNDES - Eco101	TJLP + 3,84a.a.	26.697	26.713	26.712	227.057
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00%a.a.	125.328	-	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25%a.a.	125.672	124.184	150.246	119.724
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35%a.a.	38.561	238.015	236.078	233.710
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80%a.a.	155.214	148.028	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28%a.a.	70.782	43.705	45.465	1.185.596
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	7.078	6.677	6.253	14.150
Empréstimos e Financiamentos Eco101	21,27%a.a.	122	-	-	-
Finame Ecosul	6,00%a.a.	55	48	-	-
Finame - Ecocataratas	6,00%a.a.	212	92	-	-
Finame - Ecocataratas	2,50%a.a.	48	46	45	37
		<u>1.841.077</u>	<u>1.827.664</u>	<u>1.024.476</u>	<u>3.831.538</u>

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e das cestas de moedas, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (d)	Alta do CDI	165.835	207.294	248.753
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(397.444)	(456.228)	(514.625)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(199.879)	(202.904)	(205.949)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(3.101)	(3.876)	(4.652)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(1.657)	(2.072)	(2.486)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(47.073)	(57.668)	(68.262)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(483.319)</u>	<u>(515.454)</u>	<u>(547.221)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2018 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
IPCA (b)	4,0%	5,0%	6,0%
TJLP (c)	7,0%	8,7%	10,5%

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

Notas Explicativas

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Efeito não caixa

Em 19 de junho de 2018, a controlada direta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou no valor de R\$ 706.805 (R\$767.527 em 31 de dezembro de 2018, devido à realização de AVP e atualização monetária) o direito de outorga da Concessão em contrapartida com Obrigações com Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada direta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou no valor de R\$ 28.967 a provisão de construção de obras futuras da concessão em contrapartida com intangível.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards – “IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras, estão ocorrendo investigações pelo Ministério Público Federal e determinadas denúncias que envolvem duas controladas da Companhia. Em função dessas denúncias, o Conselho de Administração instalou Comitê Independente para realizar as investigações internas pertinentes. Esse trabalho foi concluído e o seu resultado, combinado com a opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia são, neste momento, inconclusivos. Consequentemente, não obtivemos evidências de auditoria suficientes para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras e nas divulgações adicionais que poderiam ser requeridas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles sistêmicos existentes (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº4, e nº12.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, as referidas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas” acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir sobre possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal em duas controladas da Companhia. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Alexandre Cassini Decourt

Audidores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o relatório com ressalva da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o relatório com ressalva da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e Gestão de Pessoas

José Carlos Cassaniga

Diretor Executivo de Concessões Rodoviárias

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico